



JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA

PORTARIA DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Nº154/2022

O DIRETOR DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA, no âmbito da delegação de competência instituída no inciso XXIX, do Art. 1º, da Portaria nº 137/2021-DF/SJPB; e,

CONSIDERANDO o disposto na [Lei nº 4.320/64 \(Arts. 68 e 69\)](#), no [Decreto nº 93.872/86 \(Arts. 45, Inciso III, 46 e 47\)](#);

CONSIDERANDO o disposto na [Lei nº 8.666 \(Art. 60, parágrafo único\)](#);

CONSIDERANDO o disposto regulamentar contido na [Resolução CJF nº 569/2019](#);

CONSIDERANDO as regras operacionais contidas na CARTILHA DE ORIENTAÇÕES DO SUPRIMENTO DE FUNDOS DA JFPB, instituída pela [Portaria GDF/JFPB nº 190/2021](#);

CONSIDERANDO a Requisição nº 2864937, que trata da solicitação de concessão de Suprimento de Fundos;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER o Suprimento de Fundos, na modalidade CPPJ - Cartão de Pagamento do Poder Judiciário, para prestações de serviços de pequeno vulto, urgentes e/ou imprevisíveis, e que exijam pronto pagamento:

a) PROCESSO SEI: 0001872-18.2022.4.05.7400;

b) SUPRIDA: ALINE GONÇALVES DE OLIVEIRA, Mat. PB1096, Assistente Técnica III, lotada no Setor Técnico de Apoio à ESMAFE da Seção de Treinamento e Desenvolvimento, CPF nº 013.109.374-60;

c) VALOR TOTAL: R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais), distribuídos nas seguintes classificações de despesa:

- 3.3.90.30 – Material de Consumo, no valor R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais);

- 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física, no valor R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais);

- 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, no valor R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

d) VALOR LIMITE POR DESPESA: R\$ 1.760,00 (um mil setecentos e sessenta reais);

e) VALOR LIMITE PARA SAQUE, EM ESPÉCIE, NO PERCENTUAL DE 30% DO TOTAL CONCEDIDO: excepcionalmente, fica autorizado saque, em espécie, até o valor acumulado total máximo de R\$ 2.640,00 (dois mil seiscientos e quarenta reais), a serem utilizados apenas nos casos em que não haja estabelecimento afiliado do CPPJ e em caráter excepcional, nos termos do § 3º, do Art. 15, da Resolução CJF nº 569, de 06 de agosto de 2019 e legislação correlata;

f) PRAZO PARA APLICAÇÃO: 90 DIAS, contados da publicação da Portaria de concessão;

g) PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 10 DIAS, contados do encerramento do prazo de aplicação.

Art. 2º - Na figura de ordenador de despesas, responsável pela concessão do adiantamento de despesa: ALBERTINO PIERRE DA COSTA, CPF 877.431.914-00, Matrícula PB1143, ocupante do Cargo em Comissão CJ-03, de Diretor da Secretaria Administrativa da JFPB.

Art. 3º - A suprida deverá observar rigorosamente todas as prescrições legais, bem como cumprir todos os procedimentos operacionais previstos na Cartilha de Orientações do Suprimento de Fundos da JFPB, sob pena de responsabilidade.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.



Documento assinado eletronicamente por **ALBERTINO PIERRE DA COSTA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA**, em 18/07/2022, às 15:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_externo=0 informando o código verificador **2873424** e o código CRC **7FEA8D75**.